

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 121.295 - PR (2019/0357050-1)

RELATOR : **MINISTRO JORGE MUSSI**
RECORRENTE : NELSON PEREIRA DA CRUZ (PRESO)
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por NELSON PEREIRA DA CRUZ contra acórdão proferido pela 4ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, no julgamento do HC n. 0046706-59.2019.8.16.0000.

Noticiam os autos que o recorrente encontra-se preso preventivamente, nos autos da ação penal em que foi denunciado por ter supostamente praticado o delito tipificado no art. 35, *caput*, da Lei n. 11.343/2006 (e-STJ fl. 24).

Aduz a ocorrência de constrangimento ilegal sob o argumento de que o recorrente se encontra custodiado desde 07 de junho de 2018, sem que tenha sido encerrada a instrução criminal, a ponto de restar configurado excesso de prazo de sua custódia cautelar, ressaltando que a defesa não teria contribuído para a demora na entrega da prestação jurisdicional.

Pondera, ainda, que, nos termos do princípio da homogeneidade, mostrar-se-ia ilegítima a prisão preventiva do recorrente, no caso, uma vez que mais gravosa que a própria sanção eventualmente aplicada em improvável condenação.

Requer, em síntese, o provimento do reclamo para que seja relaxada a prisão preventiva do recorrente, colocando-o em liberdade, em virtude do apontado excesso de prazo, aplicando-lhe medidas alternativas à prisão, caso se mostrem necessárias.

É o relatório.

A concessão da tutela de urgência reserva-se aos casos excepcionais de ofensa manifesta ao direito de ir e vir e desde que preenchidos os pressupostos legais, que são o *fumus boni juris* e o *periculum in mora*.

Não obstante, mostra-se inviável acolher a pretensão sumária, porquanto, em princípio, há fundamentação para a denegação da ordem mandamental e manutenção da prisão cautelar, diante da razoabilidade da duração do processo, consoante é possível inferir-se do seguinte trecho do aresto impugnado (e-STJ fls. 88-91):

[...]

No caso dos autos, apesar das alegações do impetrante, não se verifica a ocorrência de constrangimento ilegal a justificar a revogação da prisão preventiva do paciente pela ocorrência de excesso de prazo.

Isso porque, os prazos da instrução criminal contidos no CPP são apenas referências, não se tratando de regras matemáticas cuja inobservância acarretaria peremptória

nulidade. Ao revés, o que a lei traz é um critério que, naturalmente, dá margem para razoabilidade, podendo ser estendido diante da complexidade do caso concreto ou de justificativa plausível.

[...]

No caso em análise, a seu turno, denota-se que a ação penal vem se desenvolvendo regularmente e vem sendo devidamente impulsionada pelo juízo de primeiro grau. A se registrar, ainda, que o feito se reveste de considerável complexidade e envolve 09 réus.

No contexto em análise, o paciente, após representação da autoridade policial, foi preso preventivamente em 07/06/2008. Houve suscitação de conflito de competência, que estabeleceu o foro de Campina Grande do Sul/PR como o competente para conduzir. Superado o julgamento do conflito de competência, o feito passou a ser o trâmite regular. A denúncia foi oferecida pelo Ministério Público em 05/07/2019 e atualmente, o feito aguarda a apresentação da defesa preliminar de 04 réus, dentre os quais o próprio paciente.

No mesmo sentido a opinião da representante da douta PGJ (mov. 17.1-TJPR):

Resta claro, portanto que, dada a complexidade da causa, tendo em vista que é investigada uma organização criminosa composta por diversos membros (09 no total), bem como, diante da necessidade de expedição de cartas precatórias para a intimação de todos os envolvidos, verifica-se, que inexistem abusos ou irregularidades por parte do Juízo Singular, pelo contrário, a ação penal vem sendo adequadamente impulsionada. Portanto, com base no princípio da razoabilidade, restou devidamente esclarecida e justificada a demora no processamento do feito.

Observe-se, também, não ser cabível, na via estreita do habeas corpus, discutir o regime de cumprimento da eventual pena a ser cumprida pelo paciente, já que, não havendo sentença, não se sabe sequer se ele será condenado. Isso significa que é inócuo argumentar através do writ que a prisão preventiva seria desproporcional ou desarrazoada face ao futuro regime aberto ou semiaberto em caso de condenação.

Tais argumentos são suficientes para rechaçar, ao menos nesse momento processual, o alegado constrangimento ilegal de que estaria sendo vítima a parte recorrente.

Superior Tribunal de Justiça

Ademais, "*segundo pacífico entendimento doutrinário e jurisprudencial, a configuração de excesso de prazo não decorre da soma aritmética de prazos legais*", devendo ser "*aferida conforme os critérios de razoabilidade, tendo em vista as peculiaridades do caso*" (RHC 111.681/PB, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 05/11/2019, DJe 20/11/2019), sendo certo, outrossim, que "*não se presta a via do habeas corpus para análise de desproporcionalidade da prisão em face de eventual condenação do réu, uma vez que tal exame só poderá ser realizado pelo Juízo de primeiro grau, após cognição exauriente de fatos e provas do processo, a fim de definir, se for o caso, a pena e o regime a serem aplicados*" (HC 541.504/MS, Rel. Ministro LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE), QUINTA TURMA, julgado em 12/11/2019, DJe 22/11/2019), o que afasta a plausibilidade jurídica da tutela requerida.

Em arremate, a motivação que dá suporte à pretensão liminar confunde-se com o mérito do recurso, devendo o caso concreto ser analisado mais detalhadamente quando da apreciação e do seu julgamento definitivo.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO HABEAS CORPUS. DECISÃO QUE INDEFERE A LIMINAR. RECURSO INCABÍVEL. AUSÊNCIA DE FLAGRANTE ILEGALIDADE. AGRAVO NÃO CONHECIDO.

1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é pacífica no sentido de não ser cabível a interposição de agravo regimental contra decisão de relator que motivadamente defere ou indefere liminar em habeas corpus.

2. Não se verifica na decisão agravada manifesta ilegalidade a justificar o deferimento da tutela de urgência, tendo em vista que a análise do alegado constrangimento ilegal confunde-se com o próprio mérito da impetração e implica análise pormenorizada dos autos, devendo ser reservada à apreciação perante o colegiado, após manifestação do Ministério Público Federal.

3. Agravo interno não conhecido.

(AgRg no HC 393.765/PE, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 18/04/2017, DJe 25/04/2017)

Diante do exposto, **indefere-se a liminar**.

Solicitem-se informações à autoridade apontada como coatora e ao Juízo singular, encarecendo o envio dos esclarecimentos necessários ao deslinde da questão e, se houver, de senha para acesso ao andamento do respectivo processo.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

Ministro Jorge Mussi
Relator